

MICROSCÓPIO

RAUL PILLA

18.10.58

Dúvida Hamletiana

RIO, 18 — O meu ilustre amigo José Maria Belo anda confuso. Está ainda prêso às simpatias que sempre teve pelo presidencialismo, regime de que foi notável cronista, e já não sabe o que pense, ante o tristíssimo espetáculo oferecido pelo país. Em seu hamletiano artigo «A reforma necessária», publicado no «Jornal do Brasil», não se define, apesar da experiência histórica que já fizemos, «Seria por ventura um fiat o parlamentarismo?» — indaga êle. Ou uma revisão constitucional mais discreta, que não ferisse o arcabouço do presidencialismo e do federalismo, atenuaria os males de que nos queixamos? Ou, por fim, uma lei eleitoral menos defeituosa, a revisão dos quadros partidários, novos critérios para melhor escolha nos cargos eletivos não clareariam o nosso caminho?

Não tenho a pretensão de responder a estas indagações do publicista cuja crônicas políticas eu lia avidamente na Província. Mas alguma coisa posso dizer.

Primeiramente, nenhum parlamentarista pretendeu jamais que a reforma fôsse um fiat, capaz de tirar do caos uma democracia. Não: o que pretendemos oferecer à nação é um melhor, muito melhor, instrumento de governo democrático. E fácil não será a aprendizagem — advertimos — tais as deformações de três quartos de século de republicanismo presidencial.

Em segundo lugar, notarei que nenhuma relação necessária existe entre federalismo e presidencialismo, como está exuberantemente demonstrado. Pode-se suprimir o sistema presidencial, sem que a federação padeça. Ao contrário, funcionará melhor.

Em terceiro lugar, são problemas distintos, embora correlatos, o do sistema de governo e os da legislação eleitoral, da organização partidária, da boa escolha de candidatos. Cada um dêles formula uma questão que deve ser resolvida sem embargo de o serem as outras. Assim um regime eleitoral satisfatório não compensa um vicioso sistema de governo e pode, até, agravar-lhe os defeitos, como se tem verificado na República. Quando verdadeiramente não havia eleições, melhores certamente, do que hoje, eram os eleitos.

Enfim, não são univocas as acusações das últimas eleições, porque, se animador foi o seu resultado no Distrito Federal, em Minas, na Bahia, em contrapartida a corrupção campeou em outras circunscrições eleitorais.

O que há de mais fundamentalmente vicioso nesta República é o presidencialismo, que, instituindo um sistema de governo pessoal e irresponsável, deteriora tôdas as reformas intentadas na vida pública. Por isto, nenhuma pode suprir a reforma parlamentarista.